

CONSULTA DO PRESIDENTE DO G-20 AOS PAÍSES DE BAIXA RENDA

Freetown, Serra Leoa, 14 de Agosto de 2009

Representantes de 29 Governos africanos de baixa renda reuniram-se a 14 de Agosto em Freetown, como parte da consulta realizada pelo Governo britânico, para a revisão solicitada pelos líderes na Cimeira do G-20 sobre a melhoria da flexibilidade e adaptabilidade das IFI. O encontro foi patrocinado pelo Ministério Britânico para o Desenvolvimento Internacional, acolhido pelo Governo da Serra Leoa e realizado sob a presidência conjunta de S. Exa. Samura KAMARA, Ministro das Finanças e Desenvolvimento Económico da SERRA LEOA e por S. Exa. Ahmed SUFIAN, Ministro das Finanças e Desenvolvimento Económico da ETIÓPIA.

Os países saudaram veementemente as recentes reformas nas políticas, nos instrumentos e no comportamento das IBW, mas apresentaram mais recomendações importantes para melhorar a flexibilidade e adaptabilidade do FMI e do Banco Mundial para responderem às necessidades dos países de baixa renda, assim como nos seus papéis na arquitectura global.

1) O Papel do FMI nos Países de Baixa Renda

1.1 Condicionalidades e Política Orientada para o Crescimento

Os países saudaram a maior flexibilidade da assessoria da política fiscal prestada pelo Fundo em muitos países, proporcionando espaço para estímulo fiscal ou protecção contra a crise. Contudo, acentuaram a necessidade de se aplicar isto (e um reforço monetário) a todos os países onde for possível sem comprometer a estabilidade macroeconómica e que passe a ser uma mudança permanente por parte do FMI para uma assessoria da política fiscal de longo prazo mais orientada para o crescimento, não apenas uma reacção à crise. Também saudaram o abrandamento e a redução das condicionalidades estruturais, mas exortaram a que isto continuasse a ser seguido e em todos os países e que focasse sobretudo condições que tivessem um impacto positivo fundamental no crescimento e no emprego.

Além disso, exortaram a que os quadros e as missões que operam em todos os PBR, especialmente em Estados frágeis e pós-conflito, adoptassem o mesmo grau de flexibilidade no que respeita ao espaço fiscal, às condicionalidades estruturais e à liderança dos países, para que as decisões dos Conselhos sejam aplicadas de forma equitativa e transparente, as condicionalidades concertadas sejam realistas e executáveis, e que se forneçam dispensas com flexibilidade e rapidez. Para aumentar a apropriação, os parlamentos deverão estar envolvidos de forma mais sistemática em consultas sobre os programas do Fundo para assegurar que estes tomam mais em conta as realidades políticas locais.

No âmbito da flexibilidade fiscal, um aspecto-chave é uma maior flexibilidade do Quadro de Sustentabilidade da Dívida. Este precisa de ser reorientado para assegurar que reflecte

as necessidades de financiamento para o crescimento, as infra-estruturas e a redução da pobreza, o impacto positivo das despesas resultantes do endividamento no crescimento e o potencial para financiamento concedido por credores não-OCDE. O G-20 encontra-se numa boa posição para envolver estes credores na discussão sobre a revisão do QSD para assegurar uma maior flexibilidade.

1.2 Mecanismos/Instrumentos/Procedimentos

Os países saudaram a simplificação dos mecanismos PBR FMI e exortaram o Fundo a aplicá-los rapidamente. Acentuaram que o Mecanismo de Crédito Standby e o Mecanismo de Crédito Rápido serão necessários após a crise, devendo focar a promoção do crescimento e a redução da pobreza. Os países no processo PPME exortaram a uma entrega mais rápida de alívio para combater a crise.

Os países frisaram que o impacto fundamental das crises relacionado com os ODM é nos seus orçamentos, mas os instrumentos do FMI não estão fundamentalmente adaptados para ajudarem a satisfazer as necessidades fiscais (e não da balança de pagamentos). Exortaram à mobilização de recursos do FMI e de outros para satisfazer primariamente as suas necessidades fiscais e os défices de financiamento e proteger os gastos relacionados com os ODM.

Dados os maiores rendimentos por parte do FMI do seu crédito, os países exortaram veementemente a que se pagasse a Assistência Técnica do FMI e a formação ministrada a PBR a partir dos recursos do Fundo e que se abandonasse a necessidade de os PBR pagarem ou de os doadores as financiarem separadamente.

Os países exortaram a uma maior descentralização e a um maior reforço da capacidade e do número de quadros em gabinetes locais do FMI para maximizar a adaptação às necessidades dos países.

1.3 Recursos/Concessionalidade

Embora saudassem o aumento dos recursos do FMI, os países acentuaram que os próprios recursos do FMI para PBR (e de um modo geral) são muito insuficientes. Os recursos disponibilizados a países individuais também são excessivamente limitados por quotas, especialmente para países mais pequenos, devendo-se introduzir muito maior flexibilidade para tornar o Fundo mais sensível às necessidades dos países.

No entanto, salvo mais um grande aumento dos recursos do FMI, o seu papel-chave reside em catalisar fundos dos doadores através do seu papel de sinalização, especialmente para países frágeis/pós-conflito que não conseguem mobilizar recursos nacionais. Os doadores e o FMI precisam de ser mais consistentes ao assegurarem que a função de sinalização é exercida de forma clara e transparente e que se fornecem fundos com estabilidade máxima para evitar a exacerbação da crise.

Os países exortaram à rápida implementação da afectação de DES para reforçar os seus níveis de reservas. Contudo, também estavam interessados em que os recursos do Fundo fossem na medida máxima possível usáveis para uma resposta fiscal à crise e não apenas para aumento das reservas. Neste contexto, os DES deverão ser mais facilmente usáveis para efeitos fiscais e, se usarem DES, os PBR deverão ter ou taxas de juros subsidiadas ou

iguais a zero.

2) O Papel do Banco Mundial nos Países de Baixa Renda

2.1 Coerência Geral

Os países indicaram que há necessidade de o Banco racionalizar os mecanismos, sectores e projectos no âmbito das Estratégias de Apoio aos Países (EAP) para assegurarem uma maior coerência e priorização, assim como contingências mais elevadas no âmbito de cada EAP e dos envelopes AID de um modo geral para permitir que a redistribuição confronte crises ou choques. Acentuaram a necessidade de uma maior calendarização e transparência, especialmente em saber o volume dos recursos disponíveis.

A parceria do Banco com outros financiadores também poderia ser melhorada, especialmente através da redução das condicionalidades ao orçamento e ao apoio sectorial, evitando condicionalidades cruzadas com o FMI e procedimentos separados de desembolso e contratação pública. Também poderia manter uma parceira mais estreita com doadores não-OCDE em projectos de infra-estruturas.

2.2 Desembolso Antecipado, Flexibilidade e Alavancagem

Os países sugeriram que a prioridade é que as necessidades gerais de financiamento fiscal de cada PBR de crescimento acelerado sejam avaliadas com maior exactidão e satisfeitas de forma calendarizada. O Banco deverá desempenhar um papel-chave ao ajudar os países a avaliar estas necessidades.

Alguns países acharam que a resposta do Banco à crise tinha sido rápida e significativa. No entanto, muitos não acharam, devido a atrasos nos procedimentos, condições excessivas e à falta de transparência/calendarização nas decisões segundo as quais os países podiam aceder a apoio ao orçamento. Os países também sugeriram a afectação de níveis mais elevados de fundos do BM para apoio ao orçamento anti-choque, tornando o recente aumento permanente para ajudar os países a responder a todos os choques e não apenas à actual crise mundial. Sempre que necessário, isto poderia ser em paralelo com maior apoio para melhorar a gestão orçamental dos países.

De um modo geral, os países sentiam que os recursos do GBM são insuficientes. Exortaram a uma reconstituição antecipada e maior da AID, mas também a consenso quanto a um mecanismo mais permanente para financiar um acompanhamento rápido/desembolso antecipado de recursos em crises (quer globalmente quer para países individuais) sem adiantar reconstituições, talvez usando recursos do BIRD. Também precisam de poder aceder a mais fundos BIRD, misturados com AID, para projectos do sector público de alta rentabilidade.

2.3 Afectação/Adaptação aos Países

Os países sentiam que os critérios de afectação da AID deverão depender em grande medida das necessidades e dos resultados, devendo haver uma reforma fundamental da APIP para reduzir os seus elementos subjectivos e de governação e limitá-los a aspectos mais fundamentais para o crescimento tais como gestão macroeconómica e gestão das finanças públicas e a qualidade dos programas de desenvolvimento. Também há necessidade de muito mais consultas, transparência e parceria na avaliação do desempenho dos países para que este possa melhorar de forma sustentável.

Os envelopes dos países para Estados mais pequenos e mais frágeis precisam de aumentar consideravelmente para que o Banco possa investir em grandes projectos de infra-estruturas ou fazer uma grande diferença nas posições fiscais.

Os países recomendaram também que se dedicasse maior atenção a assegurar que os programas estão alinhados com as prioridades nacionais e as condicionalidades são limitadas a assegurar gastos transparentes com o máximo de resultados para o desenvolvimento e a assegurar perspectivas de reembolso acelerando o crescimento.

Processos de aprovação e desembolso muito lentos e números excessivos de missões estão a minar a utilidade do Banco contra a crise. Em termos de custos de transacção e atrasos, o Banco “não é muito bom a fazer negócios”. Para acelerar estes procedimentos e melhorar a adaptação às necessidades e prioridades dos países, o Banco precisava de descentralizar muito mais, especialmente em decisões de avaliação ex ante, contratação pública e desembolso.

Os países acentuaram o papel-chave dos representantes da AID e dos Conselhos do GBM em assegurar a implementação das reformas do GBM, exortando por isso a reformas mais fundamentais às quotas de voz e voto. Também frisaram a necessidade de implementar as reformas de forma consistente por todos os quadros nas instituições para assegurar uma entrega equitativa.

2.4 Sector Privado e Financiamento de Infra-Estruturas

Um financiamento adicional das infra-estruturas por parte do GBM é muito bem acolhido, mas altamente insuficiente comparado com as necessidades de uma fonte-chave de crescimento africano e global, impedindo o Banco de assumir o papel principal no financiamento de infra-estruturas a nível dos países. Também se considerava ser de acesso complexo e de dispensar insuficiente atenção a mecanismos ferroviários, aéreos e a outros mecanismos-chave para acrescentar valor às exportações. Os países exortaram o BM a prestar mais apoio à integração regional e a projectos de apoio ao comércio e a financiar isto sem retirar fundos das afectações aos países.

O crédito adicional do sector privado também foi saudado, bem como o apoio não-financeiro da SFI e da MIGA. Contudo, muitos países consideraram este apoio como sendo canalizado sobretudo para muito poucos projectos e investidores transnacionais muito grandes e para os sectores financeiro e dos recursos naturais. Sugeriram o aumento acentuado dos recentes esforços para chegar a projectos locais mais pequenos e intensivos de trabalho noutros sectores reais das suas economias.

3) O Papel Global do FMI e do Banco Mundial

3.1 Vigilância do FMI

Os países exortaram a que se aplicasse a vigilância do FMI com o mesmo rigor às grandes economias OCDE que aos PBR para reduzir as perspectivas de futuras crises globais, melhorar a sua monitorização dos mercados financeiros globais e melhorar a coordenação das políticas económicas no seio do G-20.

3.2 Estruturas de Financiamento IBW

Os países expressaram interesse na ideia de se debruçarem sobre tornar o FMI numa instituição mais formalmente baseada em seguros, desde que isso implicasse maiores montantes de recursos que seriam fornecidos mais na base de necessidades fiscais.

Os BMD deverão ser encorajados a ajudar os dinheiros dos fundos soberanos de riqueza intermédios e de outros fundos detentores de níveis elevados de reservas para investimentos em PBR através do co-financiamento de projectos com estes e da mobilização dos seus fundos para reempréstimo.

3.3 Papéis Relativos das IBW

Os países exortaram a olhar-se para além das IBW para a arquitectura global contra choques. Há necessidade de um mecanismo abrangente anti-choques e de todos os financiadores reduzirem as condicionalidades e passarem à afectação com base em necessidades e resultados. É necessário um aumento global mais rápido dos recursos concessionais (incluindo as promessas do encontro do G8 realizado em Gleneagles e um conjunto de objectivos difíceis para o G8/G-20 para 2010-15) para que as IBW possam aumentar o espaço e o dinheiro.

Os países exortaram a um aumento do papel de financiamento para as organizações regionais, especialmente o BAD porque se encontra mais próximo dos seus Estados-Membros e os PBR têm voz mais garantida na organização. Contudo, acentuaram que apesar das recentes melhorias, a relativa celeridade e flexibilidade do BAD (que em alguns países era excelente a prestar apoio ao orçamento e a efectuar desembolsos antecipados e rápidos) também varia por país, dependendo em parte do grau de descentralização obtido.

3.4 Consulta e Reforma do G-20

Os países felicitaram o Governo de Sua Majestade (HMG) por ter tomado esta iniciativa de consultar os PBR e introduzir os pareceres destes num processo G-20. Contudo, exortaram a uma reforma do G-20 para assegurar a representação e participação permanentes dos PBR. Também exortaram a uma consulta mais regular a um grande número de PBR, por parte de futuros Presidentes do G-20, sobre assuntos relevantes para estes e que se reportem os progressos e as medidas sobre aspectos levantados nesta consulta.